



Energisa Paraíba | Resultados do 3º trimestre de 2013

João Pessoa, 08 de novembro de 2013 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa Paraíba” ou “EPB”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T13) e dos primeiros nove meses de 2013 (9M13). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio, premiações e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.253 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Premiações:

No último dia 26 de setembro, a Energisa Paraíba recebeu o Troféu Transparência 2013, concedido pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e pela Serasa Experian. A premiação é resultado de uma rigorosa análise independente em mais de duas mil demonstrações financeiras por especialistas e alunos da FEA - USP/FIPECAFI. A intenção é avaliar o grau de visibilidade da empresa perante o mercado e a população, que resulta em incentivo ao investimento interno e externo e agregação dos valores social, econômico, financeiro e ético à marca. Segundo os organizadores, o Troféu Transparência não recebe inscrições. A regra é seguir as melhores práticas contábeis, num esforço para apresentar o conjunto de informações mais objetivo para o mercado.

A EPB também conquistou, em outubro de 2013, o Selo Energia Sustentável, na classificação Ouro, concedido pelo Instituto Acende Brasil, centro de estudos voltado ao desenvolvimento de ações e projetos que aumentem a transparência e a sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. O Selo Energia Sustentável, criado em 2007, avalia o desempenho dos empreendimentos do setor e os classifica por responsabilidade socioambiental, a partir da comprovação de ações de meio ambiente e sociedade, além do estabelecido em lei e no processo de licenciamento ambiental. São três os níveis de certificação: Bronze, de 18 a 22 pontos; Prata, de 23 a 27, e Ouro, de 28 a 33 pontos.

Destaques:

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses:

Descrição	9M13	9M12	Varição %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.140,3	1.185,7	- 3,8
Receita Operacional Líquida	813,4	812,4	+ 0,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	719,4	718,7	+ 0,1
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	161,1	171,8	- 6,2
EBITDA	195,9	202,0	- 3,0
EBITDA Ajustado (EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia)	211,6	217,2	- 2,6
Resultado Financeiro	(29,6)	(6,9)	+ 329,0
Lucro Líquido	121,9	131,6	- 7,4
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.514,3	1.380,4	+ 9,7
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	213,1	190,6	+ 11,8
Patrimônio Líquido	610,4	574,9	+ 6,2
Endividamento Líquido	461,9	397,8	+ 16,1
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.253,2	1.208,1	+ 3,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	2.645,9	2.549,9	+ 3,8
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.102,8	2.920,7	+ 6,2
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	26,0	26,7	- 0,7 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,4	1,4	-

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 9M13, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.046,3 milhões, ante R\$ 1.092,0 milhões registrados em 9M12, redução de 4,2% (R\$ 45,7 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 0,1% (R\$ 0,7 milhão) no período, para R\$ 719,4 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	306,4	341,4	- 10,3	1.003,5	1.044,0	- 3,9
✓ Residencial	146,0	151,5	- 3,6	484,6	472,3	+ 2,6
✓ Industrial	35,4	53,1	- 33,3	109,1	153,9	- 29,1
✓ Comercial	62,8	70,6	- 11,0	207,1	219,9	- 5,8
✓ Rural	16,0	13,2	+ 21,2	55,8	40,2	+ 38,8
✓ Outras classes	46,2	53,0	- 12,8	146,9	157,7	- 6,8
(+) Suprimento de energia elétrica	7,8	1,9	+ 310,5	4,3	2,0	+ 115,0
(+) Fornecimento não faturado líquido	(1,8)	(2,2)	- 18,2	(16,9)	(8,6)	+ 96,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	10,7	15,7	- 31,8	37,2	45,0	- 17,3
(+) Receitas de construção	39,5	32,0	+ 23,4	94,0	93,7	+ 0,3
(+) Outras receitas	5,6	3,7	+ 51,4	18,2	9,6	+ 89,6
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	368,2	392,5	- 6,2	1.140,3	1.185,7	- 3,8
(-) Impostos sobre vendas	(100,8)	(102,9)	- 2,0	(317,2)	(315,5)	+ 0,5
(-) Encargos setoriais	(3,2)	(17,0)	- 81,2	(9,7)	(57,8)	- 83,2
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	264,2	272,6	- 3,1	813,4	812,4	+ 0,1
(-) Receitas de construção	39,6	32,0	+ 23,8	94,0	93,7	+ 0,3
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	224,8	240,6	- 6,6	719,4	718,7	+ 0,1

2.2 - Revisão tarifária

A Energisa Paraíba passou pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A revisão tarifária teve como efeito uma redução média percebida pelos consumidores de 3,02%, a partir de 28 de agosto, sendo que para os consumidores residenciais houve uma redução de 2,59% e para os industriais uma queda de 4,03%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publicará, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para os meses de janeiro a agosto de 2013, a ANEEL já homologou os valores da Energisa Paraíba, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 954, de 02 de abril de 2013, nº 1.312, de 30 de abril de 2013, nº 1.756, de 04 de junho de 2013, nº 2.095, de 04 de julho de 2013, nº 3.020, de 29 de agosto de 2013 e nº 3.281, de 30 de setembro de 2013, no montante de R\$ 62,0 milhões. Os valores foram registrados pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

2.3 - Lucro líquido e geração de caixa

Nos primeiros nove meses de 2013, a Energisa Paraíba alcançou lucro líquido de R\$ 121,9 milhões, ante os R\$ 131,6 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 211,6 milhões em 9M13, contra os R\$ 217,2 milhões apurados em 9M12, redução de 2,6%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var. %
(=) Lucro Líquido	36,8	40,0	- 8,0	121,9	131,6	- 7,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,0)	(7,4)	- 86,5	(9,7)	(33,3)	- 70,9
(-) Resultado financeiro	(0,7)	(5,6)	- 87,5	(29,6)	(6,9)	+ 329,0
(-) Depreciação e amortização	(11,3)	(9,6)	+ 17,7	(34,7)	(30,2)	+ 14,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	49,8	62,5	- 20,3	195,9	202,0	- 3,0
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,0	5,4	- 7,4	15,7	15,2	+ 3,3
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	54,8	67,9	- 19,3	211,6	217,2	- 2,6
Margem do EBITDA Ajustado	20,7	24,9	- 4,2 p.p	26,0	26,7	- 0,7 p.p

2.4 - Despesas operacionais

Em 9M13, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 558,2 milhões (R\$ 186,3 milhões no 3T13), aumento de R\$ 11,3 milhões (redução de R\$ 1,3 milhão no 3T13 sobre o 3T12) em relação aos 9M12. Em 9M13, despesas controláveis cresceram R\$ 7,7 milhões (aumento de R\$ 2,6 milhões no 3T13), totalizando R\$ 144,4 milhões (R\$ 48,1 milhões no 3T13). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 1,9% (R\$ 6,7 milhões) em 9M13. No 3T13, as despesas não controláveis (compra de energia e transporte) apresentaram redução de 13,1% (R\$ 16,5 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T13	3T12	Var. em R\$ milhões	9M13	9M12	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	48,1	45,5	+ 2,6	144,4	136,7	+ 7,7
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	25,6	24,1	1,5	76,8	70,9	+ 5,9
1.2 Material	2,9	3,0	- 0,1	9,3	9,2	+ 0,1
1.3 Serviços de terceiros	19,6	18,4	+ 1,2	58,3	56,6	+ 1,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	109,3	125,8	- 16,5	350,8	357,5	- 6,7
3 - Depreciação e amortização	11,3	9,7	+ 1,6	34,7	30,2	+ 4,5
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	9,7	2,3	+ 7,4	11,2	9,4	+ 1,8
5 - Outras despesas/receitas	7,9	4,3	+ 3,6	17,1	13,1	+ 4,0
Subtotal	186,3	187,6	- 1,3	558,2	546,9	+ 11,3
6 - Custo de construção	39,5	32,0	+ 7,5	94,0	93,7	+ 0,3
Total	225,8	219,6	+ 6,2	652,2	640,6	+ 11,6

2.5 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 3T13 representou despesa financeira líquida de R\$ 0,7 milhão, contra despesa financeira líquida de R\$ 5,6 milhões em igual período do ano passado, ou seja, redução de 87,5% (ou R\$ 4,9 milhões). Esse resultado decorre da marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial.

No acumulado em 9M13, o resultado financeiro líquido representou uma despesa financeira líquida de R\$ 29,6 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 6,9 milhões no 3T12, aumento de 329,0% (ou R\$ 22,7 milhões) no período.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012:

Descrição		
Valor em R\$ milhões	30/09/2013	31/12/2012
Curto Prazo	61,6	177,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	46,1	156,9
Encargos de dívidas	3,0	7,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	12,5	12,5
Longo Prazo	613,4	427,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	558,0	376,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	55,4	50,7
Total das dívidas	675,0	604,5
(-) Disponibilidades financeiras	213,1	184,3
Total das dívidas líquidas	461,9	420,2

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

Nos primeiros nove meses de 2013 (9M13), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.088,5 GWh (1.002,9 GWh no 3T13), incremento de 7,0% (aumento de 5,3% no 3T13) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 11,3% (9,8% no 3T13) no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 3,3% em 9M13. A energia total distribuída em 9M13 foi de 3.102,8 GWh, ante os 2.920,7 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T13	3T12	Var %	9M13	9M12	Var. %
1)Vendas de energia no mercado cativo	843,5	830,3	+ 1,6	2.645,9	2.549,9	+ 3,8
✓ Residencial	340,3	309,9	+ 9,8	1.080,5	970,9	+ 11,3
✓ Industrial	128,1	157,5	- 18,7	385,2	464,1	- 17,0
✓ Comercial	150,7	141,0	+ 6,9	476,9	444,9	+ 7,2
✓ Rural	59,8	63,2	- 5,4	199,1	193,1	+ 3,1
✓ Outras Classes	164,6	158,7	+ 3,7	504,2	476,9	+ 5,7
2)Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	159,4	121,9	+ 30,8	442,6	336,9	+ 31,4
3)Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.002,9	952,2	+ 5,3	3.088,5	2.886,8	+ 7,0
4)Suprimento de energia e não faturado	40,0	27,8	+ 43,9	14,3	33,9	- 57,8
5)Energia Total Distribuída (3+4)	1.042,9	980,0	+ 6,4	3.102,8	2.920,7	+ 6,2

A Energisa Paraíba encerrou os primeiros nove meses de 2013 com 1.253.189 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,7% superior à registrada no fim de setembro de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 21 no fim de setembro de 2013.

4 - Investimentos

Em nove meses de 2013, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 102,8 milhões, ante os R\$ 98,6 milhões registrados em 9M12.

5 - Antecipação de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou as seguintes distribuições de dividendos intercalares, relativos ao exercício em curso:

- 1) em reunião de 13 de junho, o montante de R\$ 42,1 milhões, equivalente a R\$ 45,90858216 por ação. Estes dividendos foram pagos a partir do dia 17 de junho de 2013;
- 2) em reunião de 8 de agosto, o valor de R\$ 16,7 milhões, à razão de R\$ 18,15122999 por ação. Estes dividendos serão pagos em até 31 de dezembro de 2013.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba nos primeiros nove meses de 2013 foi de R\$ 903 mil, sendo i) R\$ 284 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 39 mil por serviços de procedimentos pré-acordados coma Aneel para os Programas de “Eficiência Energética” e “Luz para Todos”, e iii) R\$ 580 mil para a

revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	30/09/2013	31/12/2012
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	39.912	67.646
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	123.613	77.416
Consumidores e concessionárias	134.680	190.091
Títulos de créditos a receber	40.688	47.449
Estoques	4.565	6.363
Impostos a recuperar	47.908	38.375
Despesas pagas antecipadamente	4.154	4.423
Baixa renda e outros	30.515	30.378
Total do circulante	426.035	462.141
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	49.590	39.281
Títulos de créditos a receber	33.346	42.281
Impostos a recuperar	24.158	23.884
Créditos tributários	126.983	112.804
Cauções e depósitos vinculados	24.931	25.686
Instrumentos financeiros derivativos	9.965	6.212
Contas a receber da concessão	176.806	147.049
Outros	3.335	1.551
	449.114	398.748
Investimentos	95	93
Intangível	629.484	607.566
Imobilizado	9.614	9.907
Total do não circulante	1.088.307	1.016.314
Total do Ativo	1.514.342	1.478.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	30/09/2013	31/12/2012
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	73.216	109.165
Encargos de dívidas	2.989	7.732
Empréstimos e financiamentos	44.165	156.738
Debêntures	1.910	136
Folha de pagamento	1.671	1.709
Tributos e contribuições sociais	44.839	50.235
Dividendos	-	35.391
Obrigações estimadas	10.109	6.955
Encargos do consumidor a recolher	206	5.538
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.237	4.239
Benefícios a empregados - plano de pensão	12.532	12.532
Outras contas a pagar	36.435	49.385
Total do circulante	231.309	439.755
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	2.646	2.572
Empréstimos e financiamentos	478.076	312.370
Debêntures	79.893	64.312
Tributos e contribuições sociais	18.842	14.041
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	36.852	37.020
Benefícios a empregados - plano de pensão	55.452	50.746
Outros	847	782
Total do não circulante	672.608	481.843
Patrimônio líquido		
Capital social	425.805	386.516
Ações em tesouraria	-	(538)
Reservas de capital	97.002	97.540
Reservas de lucros	44.512	83.802
Dividendos adicionais propostos	-	9.479
Outros resultados abrangentes	(22.784)	(22.784)
Lucros/Prejuízos acumulados	65.890	2.842
	610.425	556.857
Total do Passivo	1.514.342	1.478.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	9M13	9M12
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	986.579	1.035.410
Suprimento de energia elétrica	4.262	2.018
Disponibilidade do sistema elétrico	37.209	45.000
Receita de construção	94.021	93.709
Outras receitas	18.253	9.588
	1.140.324	1.185.725
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	218.297	214.304
PIS, Cofins e ISS	98.946	101.200
Quotas para a reserva global de reversão	(1.774)	9.350
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	11.502	48.456
	326.971	373.310
Receita operacional líquida	813.353	812.415
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	76.839	70.892
Material	9.338	9.146
Serviços de terceiros	58.317	56.610
Energia elétrica comprada para revenda	313.615	304.075
Transporte de potência elétrica	37.191	53.416
Depreciação e amortização	34.716	30.201
Provisão para contingências / devedores duvidosos	11.147	9.416
Custo de construção	94.021	93.709
Outras despesas / receitas	17.025	13.126
	652.209	640.591
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	161.144	171.824
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	11.344	7.752
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	15.729	15.153
Outras receitas financeiras	8.664	2.969
Encargos de dívidas - juros	(33.139)	(32.881)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(34.175)	(9.931)
(-) Transferência para ordens em curso	2.150	3.491
Marcação a mercado de derivativos	(17.613)	(2.121)
Instrumentos financeiros derivativos	29.984	7.588
Ajuste valor presente de ativos	(164)	9.667
Outras despesas financeiras	(12.403)	(8.579)
	(29.623)	(6.892)
Resultado antes dos impostos	131.521	164.932
Contribuição social e imposto de renda	(9.656)	(33.252)
Lucro líquido do período	121.865	131.680
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	132,73	143,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	9M13	9M12
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	131.521	164.932
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	55.226	36.646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.641	4.028
Depreciação e amortização	34.716	30.201
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	4.984	(2.146)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	5.943	2.887
Marcação Mercado Derivativos	17.613	2.121
Instrumentos Financeiros Derivativos	(29.984)	(7.588)
Subtotal	221.660	231.081
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Consumidores e concessionárias	55.213	7.898
Títulos de créditos a receber	14.088	4.273
Estoques	1.798	(1.007)
Impostos a recuperar	(9.807)	(14.461)
Cauções e depósitos vinculados	755	1.172
Despesas pagas antecipadamente	269	(2.223)
Outros créditos	(17.858)	(6.184)
	44.458	(10.532)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(34.891)	8.639
Folha de pagamento	(38)	78
Tributos e contribuições sociais	(7.534)	11.787
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.898)	(22.890)
Obrigações estimadas	3.154	2.547
Encargos do consumidor a recolher	(5.332)	(4.567)
Outras contas a pagar	(1.730)	(622)
	(63.269)	(5.028)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	202.849	215.521
Atividades de investimentos		
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-	(26)
Aplicações Financeiras	(45.163)	(10.455)
Aplicações no intangível	(80.164)	(82.848)
Alienação de bens do imobilizado e do intangível	4.661	4.646
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(120.666)	(88.683)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	179.493	121.790
Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	(159.885)	(33.948)
Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	(34.457)	(32.647)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	8.619	(483)
Pagamentos de dividendos	(103.687)	(112.797)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(109.917)	(58.085)
Aumento (Redução de Caixa e Equivalentes)	(27.734)	68.753
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	67.646	62.752
Caixa mais equivalentes de caixa finais	39.912	131.505
Varição líquida do caixa	(27.734)	68.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às informações trimestrais
período findo em 30 de setembro de 2013**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.253.210 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013 de 11 de janeiro de 2013. A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita foi em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em janeiro de 2031.

Abaixo estão listadas as principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 22, 28 respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de novembro de 2013 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas na imprensa oficial em 08 de março de 2013, exceto quanto a aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19) que alterou a contabilização dos benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões, que exigirá reconhecimento das alterações conforme ocorram, eliminando a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. A partir do exercício de 2013 os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente na rubrica “outros resultados abrangentes”, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Os efeitos de tais ajustes estão demonstrados na nota explicativa nº 3.2

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board - IASB* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:

IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o *hedge accounting* no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao *hedge* desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12- Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

3.2 Ajustes e Reclassificações

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 31/12/2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante	1.006.041	10.273	1.016.314
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	102.531	10.273	112.804
Total do Ativo	1.468.182	10.273	1.478.455
Passivo			
Passivo não circulante	451.628	30.215	481.843
Benefício a empregados - plano de pensão	20.531	30.215	50.746
Patrimônio líquido	576.799	(19.942)	556.857
Lucros acumulados	-	2.842	2.842
Outros resultados abrangentes	-	(22.784)	(22.784)
Perdas atuariais, líquidas	-	(22.784)	(22.784)
Total do Passivo	1.468.182	10.273	1.478.455

Demonstração Resultado	Saldo em 30/09/2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 30/09/2012 (Reapresentado)
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(517.199)	210	(516.989)
Entidade de previdência privada	(3.152)	210	(2.942)
Resultado Bruto	295.216	210	295.426
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	171.614	210	171.824
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	164.722	210	164.932
Imposto de renda e contribuição social	(33.252)	(71)	(33.323)
Lucro líquido do período	131.470	139	131.609

Demonstração do Resultado Abrangente	Saldo em 30/09/2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 30/09/2012 (Reapresentado)
Lucro Líquido do Período	131.470	139	131.609
Resultado Abrangente do Período	131.470	139	131.609

Demonstração do Valor Adicionado	Saldo em 30/09/2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 30/09/2012 (Reapresentado)
Pessoal	67.460	(210)	67.250
Benefícios	13.979	(210)	13.769
Impostos, Taxas e Contribuições	390.000	71	390.071
Federais	166.876	71	166.947
Remuneração de Capitais Próprios	131.470	139	131.609
Lucros retidos/Prejuízo do Período	57.356	139	57.495

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Saldo em 30/09/2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 30/09/2012 (Reapresentado)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	57.356	139	57.495
Outros Resultados Abrangentes	-	(9.907)	(9.907)
Patrimônio Líquido	574.899	(9.768)	565.131

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/09/2013	31/12/2012
CEF	CDB	28/05/2015 a 30/09/2015	100,5% do CDI	21.889	42.180
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	635
Santander	Debêntures (**)	09/09/2015	103,2% do CDI	572	-
Total				22.461	42.815
Caixa e bancos				17.451	24.831
Total caixa e equivalente de caixa				39.912	67.646

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira/Fundo de investimento	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2013	31/12/2012
Diversos	CDB	03/12/2013 a 13/08/2015	90,0% a 113,0% do CDI	2.936	6.519
Banrisul	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	23.610	-
Diversos	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	424	2.345
Caixa FI Energisa (*)	LFT	01/03/2018	Benchmark CDI	1.016	672
Caixa FI Energisa (*)	LTN	01/01/2015	Benchmark CDI	287	-
Caixa FI Energisa (*)	DEBÊNTURES	15/04/2016	Benchmark CDI	781	-
Caixa FI Energisa (*)	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	Benchmark CDI	5.979	-
Caixa FI Energisa (*)	LF	08/04/2015 a 26/02/2016	Benchmark CDI	11.785	-
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
FIM Zona da Mata (*)	CDB	17/08/2015	Benchmark CDI	8.720	-
FIM Zona da Mata (*)	DEBÊNTURES	07/04/2016	Benchmark CDI	4.837	-
FIM Zona da Mata (*)	DPGE	11/09/2015	Benchmark CDI	3.695	-
FIM Zona da Mata (*)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	8.695	-
FIM Zona da Mata (*)	LFT	07/09/2015 a 07/08/2017	Benchmark CDI	6.128	-
FIM Zona da Mata (*)	NTF	15/08/2016	Benchmark CDI	2.351	-
FIM Zona da Mata (*)	Fundos Multimercados	-	Benchmark CDI	3.649	-
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	11.791	-
Itaú	Debêntures (**)	03/12/2013 a 06/12/2013	102,0% do CDI	321	304
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	555	661
Nordeste	CDB/Título de Capitalização	02/01/2014 a 30/08/2019	90,0% a 100,0% do CDI	39.451	35.363
Pine	CDB	28/10/2013 a 08/02/2017	104,0% a 109,0% do CDI	5.290	894
Safra	LF	31/01/2013	108,5% do CDI	-	52.993
Safra	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	7.884	-
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.227	3.903
				155.499	103.741
b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	3.619	4.527
Mercantil	DPGE	15/05/2014 a 26/06/2015	112,0% a 113,0% do CDI	14.085	8.429
				17.704	12.956
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				173.203	116.697
Circulante				123.613	77.416
Não Circulante				49.590	39.281

(*) Fundos de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (1)	Vencidos					30/09/2013	31/12/2012
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	16.280	15.176	5.671	2.682	488	73	40.370	38.400
Industrial	13.906	1.867	309	304	424	5.408	22.218	27.293
Comércio, serviços e outras atividades	13.561	3.648	1.179	748	746	1.630	21.512	27.650
Rural	2.088	982	473	328	128	53	4.052	5.584
Poder Público:								
Federal	1.902	255	46	36	-	6	2.245	2.808
Estadual	3.047	408	74	58	-	4	3.591	4.494
Municipal	2.175	292	53	41	-	2	2.563	3.208
Iluminação pública	4.299	644	278	234	497	57	6.009	7.537
Serviço público	6.878	55	6.853	64	141	1	13.992	5.237
Subtotal - consumidores	64.136	23.327	14.936	4.495	2.424	7.234	116.552	122.211
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	5.380	5.380	32.306
Fornecimento não faturado	22.276	-	-	-	-	-	22.276	39.167
Outros	1.860	-	-	-	-	-	1.860	7.597
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.131)	(1.664)	(6.593)	(11.388)	(11.190)
Total - Circulante	88.272	23.327	14.936	1.364	760	6.021	134.680	190.091

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de concessionárias em 30 de setembro de 2013, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$3.528 (R\$32.285 em 31 de dezembro de 2012), relativos ao período de setembro de 2000 a setembro de 2013, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 6 de setembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante é de R\$749 referente a aquisição de energia na CCEE e R\$3.069 (R\$11.011 em 31 de dezembro de 2012) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2013	31/12/2012
Saldo a vencer	1.531	30.288
Créditos vencidos (*)	1.997	1.997
	3.528	32.285
(-) Aquisições de energia na CCEE	(749)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.069)	(11.011)
	(290)	21.274

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de setembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/09/2013	31/12/2012
Títulos de créditos a receber	100.795	114.883
Ajuste a valor presente	(10.185)	(10.021)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(16.576)	(15.132)
	74.034	89.730
Circulante	40.688	47.449
Não circulante	33.346	42.281

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2013
Vencidos (1)	16.576
2013	24.185
2014	19.575
2015	8.223
2016	9.312
2017	5.435
2018 em diante	7.304
Total	90.610

(1) Os títulos de vencidos contemplam as parcelas vencidas e vincendas de clientes inadimplentes.

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2013	31/12/2012
Saldo - inicial circulante - 31/12/2012 e 31/12/2011	26.322	23.060
Provisões constituídas no período	7.389	8.683
Reversão de provisões no período	(5.747)	(5.421)
Saldo - final circulante - 30/09/2013 e 31/12/2012	27.964	26.322
Clientes, consumidores e concessionárias	11.388	11.190
Títulos de créditos a receber	16.576	15.132

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2013. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

10. Baixa renda e outros créditos

	30/09/2013	31/12/2012
Baixa renda	13.261	16.409
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	11.945	7.379
Ordens de serviço em curso - outros	1.616	1.568
Ordens de desativação em curso	(133)	(1.641)
Adiantamentos	381	542
Outras	3.445	6.121
	30.515	30.378

Segue a movimentação do baixa renda:

	30/09/2013	31/12/2012
Saldo - inicial - 31/12/2012 e 31/12/2011	16.409	9.888
Subvenção baixa renda	64.654	87.132
Ressarcimento Eletrobrás	(67.802)	(80.611)
Saldo final - 30/09/2013 e 31/12/2012- circulante	13.261	16.409

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

O Governo Federal através do Despacho ANEEL nº 1.711 de 29 de maio de 2013, antecipou recursos de CDE da ordem de R\$25.058, recebido em 03 de junho de 2013, registrado na rubrica "Antecipação Subvenção Rural e Irrigantes", no passivo circulante. Tal valor está sendo apropriado ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013 para fazer frente a Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes (Redução de 67%) e da classe de Serviço Público (Redução de 15%), homologado através do Decreto nº 7.891/2013, que segue:

	30/09/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	32.508
Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(10.739)
Antecipação despacho ANEEL nº 1711/2013	(25.058)
Outras contas a pagar - passivo circulante	(3.289)

11. Tributos e Impostos a recuperar

	30/09/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.677	21.921
Imposto de Renda Retido na Fonte	276	353
Imposto de Renda - IRPJ	18.509	10.675
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.898	254
Contribuição do PIS e COFINS	27.959	29.044
Outros	1.747	12
	72.066	62.259
Circulante	47.908	38.375
Não circulante	24.158	23.884

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Energisa S.A. (a) e (d)	EBO (b)	ESER (c)	01/01/2013 a 30/09/2013	01/01/2012 a 30/09/2012
Serviços contratados	(16.054)	-	(226)	(16.280)	(15.091)
Energia elétrica fornecida	-	3.375	-	3.375	3.352
Despesa financeira - custo contrato de aval	(3.814)	-	-	(3.814)	-
	Energisa S.A. (a) e (d)	EBO (b)	ESER (c)	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012
Serviços contratados	(5.388)	-	-	(5.388)	(5.057)
Energia elétrica fornecida	-	854	-	854	1.322
Despesa financeira - custo contrato de aval	(1.568)	-	-	(1.568)	-
				30/09/2013	31/12/2012
Saldo a receber - consumidores e concessionárias				374	459
Saldo a pagar - fornecedores				1.685	1.676

(a) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(b) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

(c) Os serviços prestados pela Energisa Serviços Aéreos refere-se a serviços aéreos de prospecção.

(d) Refere-se a comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, sobre garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No período, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$1.717 (R\$1.178 em 30 de setembro de 2012) e da Diretoria foi de R\$2.953 (R\$1.709 em 30 de setembro de 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$390 (R\$506 em 30 de setembro de 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$498 (R\$481 em 30 de setembro de 2012).

Em 30 de setembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de setembro, foram de R\$41 e R\$6 (R\$38 e R\$6 em 30 de setembro de 2012), respectivamente. A remuneração média em 30 de setembro de 2013 foi de R\$22 (R\$20 em 30 de setembro de 2012).

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$7.584 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2012).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentados conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	93.360	84.219
Contribuição social	33.623	28.585
Total - não circulante	126.983	112.804

A natureza dos créditos tributários diferidos são como segue:

	30/09/2013		31/12/2012 (reapresentado)	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Creditos fiscais - ágio	195.026	66.309	204.950	69.683
Provisão ajuste atuarial	68.011	23.124	78.147	26.570
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	10.019	3.406	5.727	1.947
Provisões para riscos	36.850	12.529	31.718	10.784
Marcação a mercado - derivativos	13.809	4.695	(3.803)	(1.293)
Ajustes a valor presente	10.185	3.463	9.297	3.161
Outros	54.378	18.489	29.294	9.960
Subtotais	388.278	132.015	355.330	120.812
Passivo				
Resultados operações SWAP	(3.966)	(1.348)	(7.783)	(2.646)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(10.832)	(3.684)	(15.770)	(5.362)
Subtotais	(14.798)	(5.032)	(23.553)	(8.008)
Totais líquidos - ativo não circulante	373.480	126.983	331.777	112.804

(1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2013	2.269
2014	7.936
2015	7.936
2016	7.736
2017	7.736
2018 a 2022	93.370
Total	126.983

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Lucro antes dos impostos	37.817	131.521	47.373	164.932
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(12.858)	(44.717)	(16.107)	(56.077)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	12.254	32.956	8.504	21.321
Outros - exclusões permanentes	(410)	2.105	244	1.433
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	(1.014)	(9.656)	(7.359)	(33.323)
Alíquota efetiva	2,68%	7,34%	15,5%	20,2%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e obteve deferimento de seu pedido junto a Receita Federal do Brasil, através de Despacho Decisório nº 128 - DRF/ASJU de 23/05/2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconhece o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Até 30 de setembro de 2013 foram reconhecidos R\$4.940 em despesas financeiras.

O contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Movimentação	
Ativo financeiro -31/12/2012	147.049
Adições no período	36.151
Baixas no período	(1.454)
Ativo financeiro - 30/09/2013	181.746
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(4.940)
Ativo financeiro custo corrigido - 30/09/2013	176.806

15. Intangível e Imobilizado

	30/09/2013	31/12/2012
Contrato da concessão	629.484	607.566
Imobilizado	9.614	9.907
Total	639.098	617.473

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo Inicial 31/12/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização /depreciação	Saldo Final 30/09/2013
Intangível em Serviço						
Custo	1.065.930	-	94.194	(11.062)	-	1.149.062
Amortização Acumulada	(401.404)	-	-	7.167	(42.079)	(436.316)
Subtotal	664.526	-	94.194	(3.895)	(42.079)	712.746
Em Curso	117.231	102.845	(97.000)	(37.246)	-	85.830
Total	781.757	102.845	(2.806)	(41.141)	(42.079)	798.576
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	167.222	-	2.405	(3.229)	-	166.398
Amortização Acumulada	(26.062)	-	-	-	(9.013)	(35.075)
Subtotal	141.160	-	2.405	(3.229)	(9.013)	131.323
Em Curso	33.031	8.238	(2.405)	(1.095)	-	37.769
Total das Obrigações Especiais	174.191	8.238	-	(4.324)	(9.013)	169.092
Total Intangível	607.566	94.607	(2.806)	(36.817)	(33.066)	629.484
IMOBILIZADO						
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	1.468	-	-	(1.246)	-	222
Máquinas e equipamentos	8.654	-	2.433	(769)	-	10.318
Veículos	313	-	-	(66)	-	247
Móveis e utensílios	12.015	-	373	(524)	-	11.864
Depreciação e amortização Acumulada	(12.543)	-	-	1.156	(1.650)	(13.037)
Total Imobilizado em Serviço	9.907	-	2.806	(1.449)	(1.650)	9.614
Total Geral	617.473	94.607	-	(38.266)	(34.716)	639.098

(*) Esse total contempla o montante de R\$36.151 de intangível em curso líquido da respectiva obrigação especial em curso, transferido para o contas a receber da concessão, a partir da sua entrada em serviço.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de setembro de 2013, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,70%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2013	31/12/2012
Contribuições do consumidor	71.331	65.037
Participação da União - recursos CDE	153.764	157.175
Participação do Governo do Estado	11.937	10.261
(-) Amortização acumulada	(35.075)	(26.062)
Total	201.957	206.411
Alocação:		
Contas a receber da concessão	32.865	32.220
Infraestrutura - Intangível em serviço	131.323	141.160
Infraestrutura - Intangível em curso	37.769	33.031
Total	201.957	206.411

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais a partir de agosto de 2009.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. No período findo em 30 de setembro de 2013 o montante contabilizado nessa rubrica foi de R\$267.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

16. Fornecedores

	30/09/2013	31/12/2012
Suprimento:		
CCEE (1)	749	-
Contratos Bilaterais (1)	41.807	62.562
Uso da rede básica (1)	3.496	6.473
Conexão à rede (1)	304	286
Uso do sistema de Transmissão/ distribuição (1)	3.495	11.883
Materiais, serviços e outros (2)	26.011	30.533
Total	75.862	111.737
Circulante	73.216	109.165
Não circulante	2.646	2.572

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/09/2013	31/12/2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	438	-	61.000	61.438	61.339	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	386	788	1.203	1.493	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	567	2.022	2.661	3.086	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	410	1.984	2.461	2.769	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	354	2.091	2.503	2.769	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	432	2.943	3.461	3.785	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	391	3.157	3.557	3.848	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	6.130	9.385	15.523	20.204	
Eletrobrás - Eletrificação Rural I	-	-	-	-	11	
Eletrobrás - Eletrificação Rural II	-	8	3	11	19	
Eletrobrás - Eletrificação Rural III	-	6	2	8	14	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	2.476	-	2.476	7.096	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	5.850	774	6.624	11.014	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	24	9.515	25.874	35.413	43.335	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	5.650	48.378	54.028	55.817	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	-	2.427	6.675	9.102	10.930	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES I	64	3.703	16.797	20.564	-	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES II	2	111	500	613	-	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES III	74	3.765	17.265	21.104	-	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES IV	2	111	509	622	-	
Banco Itaú BBA - FINAME	72	1.873	20.529	22.474	10.702	
Total em moeda nacional	1.005	44.165	220.676	265.846	238.231	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(339)	-	(1.470)	(1.809)	(2.062)	
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	-	-	-	-	124.059	(1) e (2)
Banco Itaú BBA	2.273	-	169.670	171.943	35.085	(2)
Citibank	50	-	89.200	89.250	81.908	(2)
Total em moeda estrangeira	2.323	-	258.870	261.193	241.052	
(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(381)	
Total ENERGISA PARAÍBA	2.989	44.165	478.076	525.230	476.840	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$35.504 (R\$32.716 em 31 de dezembro de 2012), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

- (1) Em 19 de julho de 2013 foi efetivado a liquidação do contrato de emissão dos "bonds" de prazo de 7 anos em dólares norte-americanos, denominados "Notes Units", no montante de R\$137.109.
- (2) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2013:

Características da Operação				Custo da Dívida					Ref
Operação	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	69	CDI	+ 0,7%	0,83%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	19	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	35	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	46	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	52	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	16	RGR	+ 5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Eletrificação Rural I	nov-2013	trimestral	-	2	RGR	+ 8,0%	8,0%		
Eletrobrás - Eletrificação Rural II	nov-2014	trimestral	-	8	RGR	+ 8,0%	8,0%		
Eletrobrás - Eletrificação Rural III	nov-2014	trimestral	-	8	RGR	+ 8,0%	8,0%		
Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2014	mensal	Recebíveis	3	Selic Acumulada				
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	7	pré-fixado	7,7%	7,7%	(1)	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	23	pré-fixado	7,8%	8,0%	(1)	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	37	pré-fixado	8,1%	8,1%	(1)	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	23	TJLP	+ 4,0%	4,2%		
Banco do Nordeste - Repasse BNDES I	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+ 3,4%	3,4%		
Banco do Nordeste - Repasse BNDES II	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+ 3,4%	3,4%		
Banco do Nordeste - Repasse BNDES III	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+ 4,4%	4,4%		
Banco do Nordeste - Repasse BNDES IV	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+ 4,4%	4,4%		
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	Mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado	de 2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%		
Banco Itaú BBA	Abr-18	anual após abr2017	Aval Energisa S.A.	48	Dólar	+ 3,4892%	3,4892%		
Banco Itaú BBA	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	23	Dólar	+ 3,2466	3,2466		
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A.	42	Libor + 1,8987				

(1) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Resultados do 3º trimestre de 2013

Em 30 de setembro de 2013, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2013
2014	11.151
2015	78.909
2016	81.306
2017	139.550
2018	108.804
Após 2018	58.356
Total	478.076

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2014	2015	2015 em diante	30/09/2013
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	-	-	597	597
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	28	110	165	303
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	28	41	76
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	26	104	364	494
	<u>61</u>	<u>242</u>	<u>1.167</u>	<u>1.470</u>

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos -30/09/2013 (*)	81.803
Circulante	1.910
Não circulante	79.893
Saldos - 31/12/2012 (*)	64.448
Circulante	136
Não circulante	64.312

(*) Deduzido de R\$349 (R\$473 em 31 de dezembro de 2012), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

Resultados do 3º trimestre de 2013

O saldo das debêntures registrado no passivo não circulante no montante de R\$79.893 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Do total de 80.000 Debêntures objeto da 1ª Emissão da Energisa Paraíba, 64.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 15.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$15.255.

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados, foram recolocadas no mercado parte das debêntures anteriormente resgatadas pela Companhia 15.255 debêntures da 1ª emissão pelo valor de R\$15.274 pelo preço unitário (PU) de valor nominal de mil reais, acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria por consequência da não repactuação de parte dos credores das respectivas emissões em 17 de dezembro de 2012.

19. Tributos e Contribuições Sociais

	30/09/2013	31/12/2012
ICMS	18.554	22.064
Encargos Sociais	1.738	1.904
IRPJ	16.662	10.911
CSSL	8.461	6.963
PIS / COFINS	16.062	19.398
IRRF	1.138	1.056
Outros	1.066	1.980
Total	63.681	64.276
Circulante	44.839	50.235
Não circulante	18.842	14.041

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2013
Trabalhistas	9.225	1.060	(3.148)	329	7.466
Cíveis	22.799	7.151	(5.758)	880	25.072
Fiscais	4.996	-	(858)	176	4.314
Total	37.020	8.211	(9.764)	1.385	36.852
Depósitos e cauções vinculados (*)	(8.356)				(8.159)

(*) A Energisa PB possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$24.931 (R\$25.686 em 31 de dezembro de 2012) dos quais R\$16.772 (R\$17.330 em 31 de dezembro de 2012) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período findo em 30 de setembro de 2013, foi pago o montante de R\$4.628, sendo de indenizações trabalhistas R\$1.741 e de indenizações cíveis R\$2.887.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de

consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$813.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$247.777 (R\$225.645 em 31 de dezembro de 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista, que tem por objeto responsabilidade subsidiária por débitos de terceiros no montante equivalente a R\$12.594 (R\$6.897 em 31 de dezembro de 2012).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$60.115 (R\$58.667 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente, à supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, supostos valores a receber em virtude da privatização da empresa e reclamações de consumidores (cobrança de irregularidade e suspensão de fornecimento).

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$175.068 (R\$160.081 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

Em 30 de setembro de 2013, o capital social é de R\$425.805 (R\$386.516 em 31 de dezembro de 2012), representando 918.160 (919.467 em 31 de dezembro de 2012) ações nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi aprovado: (i) aumento de capital da Companhia em R\$39.289, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$425.805; (ii) cancelamento de 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais classe "A" que se encontravam em tesouraria pelo valor de R\$538, a serem absorvidas pela reserva de capital - reserva de remuneração de imobilizações; e (iii) conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas

da Companhia em ações ordinárias nominativas, na proporção de um para um, passando o capital acima mencionado a ser representado por 918.160 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

21.2 Dividendos

Em janeiro de 2013 foram pagos dividendos no montante de R\$35.391 (R\$51,69 por ação) aprovados na RCA de 20 de dezembro de 2012 e em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais, relativos ao exercício de 2012, no montante de R\$9.480, equivalentes a R\$10,323876208 por ação ordinária, a serem pagos em 2 (duas) parcelas, até o último dia útil dos meses de junho e setembro de 2013, podendo ser antecipados por decisão da administração da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou em 13 de junho de 2013, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro trimestre do corrente exercício, no montante de R\$42.152 (R\$45,9086 por ação ordinária), a serem pagos a partir do dia 17 de junho de 2013.

Em reunião extraordinária do Conselho da Administração no dia 08 de agosto de 2013, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro líquido do segundo trimestre do exercício 2013, apurado no balanço de 30 de junho de 2013, levantado pela Companhia no montante de R\$16.665, correspondentes a R\$18,1512 por ação de emissão da Companhia. Os pagamentos serão efetuados até 31 de dezembro de 2013, podendo ser antecipado por decisão da Administração.

22. Receita operacional

	30/09/2013				30/09/2012			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.026.459	1.080.472	145.971	484.620	989.234	970.919	151.481	472.254
Industrial	4.554	385.242	35.471	109.140	4.595	464.068	53.081	153.886
Comercial	90.633	476.904	62.853	207.109	88.861	444.932	70.638	219.925
Rural	114.569	199.142	16.102	55.811	108.970	193.054	13.264	40.244
Poder Público:								
Federal	592	41.432	9.039	29.623	574	36.780	10.274	31.539
Estadual	3.097	56.465	7.165	23.499	3.003	50.125	8.151	25.020
Municipal	11.454	71.117	4.757	15.592	11.107	63.132	5.408	16.601
Iluminação Pública	647	168.191	12.803	39.465	637	165.690	15.570	45.494
Serviço Público	1.008	163.656	12.221	38.611	1.014	158.087	13.495	39.021
Consumo Próprio	176	3.314	-	-	148	3.117	-	-
Subtotal	1.253.189	2.645.935	306.382	1.003.470	1.208.143	2.549.904	341.362	1.043.984
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	3.983	11.513	-	-	1.250	3.079
Suprimento	-	48.091	7.777	4.262	-	35.390	1.999	2.018
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(33.866)	(1.799)	(16.891)	-	(1.512)	(2.186)	(8.574)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	21	-	10.688	37.209	21	-	15.674	45.000
Receita de Construção	-	-	39.561	94.022	-	-	32.000	93.709
Outras receitas operacionais	-	-	1.662	6.739	-	-	2.476	6.509
Total - Receita Operacional Bruta	1.253.210	2.660.160	368.254	1.140.324	1.208.164	2.583.782	392.575	1.185.725
Deduções da Receita Operacional								
ICMS	-	-	68.690	218.297	-	-	69.632	214.304
PIS	-	-	5.589	17.465	-	-	5.930	17.998
COFINS	-	-	26.485	81.188	-	-	27.311	82.900
ISS	-	-	45	293	-	-	38	302
Quota para RGR	-	-	-	(1.774)	-	-	1.988	9.350
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.152	3.625	-	-	1.176	3.482
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	618	1.855	-	-	2.158	6.474
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	2.113	-	-	9.817	32.928
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D	-	-	1.170	3.642	-	-	1.882	5.572
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	267	267	-	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	104.016	326.971	-	-	119.932	373.310
Total Receita Operacional Líquida	1.253.210	2.660.160	264.238	813.353	1.208.164	2.583.782	272.643	812.415

23. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos do Serviço de Sistema

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publicará, mensalmente, o valor dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para os meses de janeiro a agosto de 2013, a ANEEL já homologou os valores, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 954 de 02 de abril de 2013, nº 1.312, de 30 de abril de 2013, nº 1.756 de 04 de junho de 2013, nº 2.095 de 04 de julho de 2013, nº 3.020 de 29 de agosto de 2013 e nº 3.281 de 30 de setembro de 2013 no montante de R\$61.999, registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 30/09/2013	Prêmio Anual 31/12/2012
Riscos Nomeados	23/10/2014	35.321	370	400
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	292	251
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	até R\$300 / veículo	255	184
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	74.986	346	346
			1.263	1.181

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram incluídas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	39.912	39.912	67.646	67.646
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	173.203	173.203	116.697	116.697
Consumidores e concessionárias	134.680	134.680	190.091	190.091
Títulos de créditos a receber	74.034	74.034	89.730	89.730
Conta a receber da concessão	176.806	176.806	147.049	147.049

PASSIVO	30/09/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	(75.862)	(75.862)	(111.737)	(111.737)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	(607.033)	(604.988)	(541.288)	(554.640)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto quando mantidos até o vencimento.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª emissão de debêntures da controladora, 2ª emissão de debêntures (ESE), 1ª emissão de debêntures (EPB), e 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, FIDC, 1ª Emissão de debêntures (ESE) e a 3ª Emissão de Debêntures da controladora, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações

disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	30/09/2013	31/12/2012
Dívida (a)	607.033	541.288
Caixa e equivalentes de caixa	(39.912)	(67.646)
Apliação financeira	(173.203)	(116.697)
Dívida líquida	393.918	356.945
Patrimônio líquido (b)	610.425	556.857
Índice de endividamento líquido	0,65	0,64

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 20 e nº 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	73.216	-	-	-	2.646	75.862
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 9,69%	43.338	39.502	280.291	273.426	96.788	733.345
Total	116.554	39.502	280.291	273.426	99.434	809.207

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa	39.912	67.646
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	173.203	116.697
Consumidores e concessionárias	134.680	190.091
Títulos de créditos a receber	74.034	89.730
Conta a receber da concessão	176.806	147.049

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em

face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia e de suas controladas são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2013, com alta de 9% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,2294/USD. A volatilidade anual do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2013 era de 13,73%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa Paraíba, em 30 de setembro de 2013 de R\$609.191 (R\$544.204 em 31 de dezembro de 2012), R\$261.193 (R\$240.671 em 31 de dezembro de 2012) estão representados em dólares, (i) US\$77,2 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal) cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$171,9 milhões e (ii) US\$40,1 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$ 40,0 milhões de principal), cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$89,2 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo (vencimentos até 2018) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013, apresenta no ativo não circulante R\$9.965 (R\$6.212 em 31 de dezembro de 2012) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa PB possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$17,2 milhões de principal e juros de empréstimo captados junto ao Banco Itaú BBA, através de Série de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,85 pelo prazo até 17/08/2015, referente ao empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 4,33% a.a. por 100% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 17/08/2015 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$40,1 milhões de principal e juros de empréstimo captado junto ao Citibank, através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 3,0185 (Set-2016) e R\$/US\$ 3,1975 (Set-2017) pelo prazo até 21/09/2017, referente ao empréstimo captado junto ao Citibank. A operação reflete um Swap do custo do US\$ mais (LIBOR mais 1,90% ao ano) por 101% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2017 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$60,3 milhões de principal e juros do empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, por meio de swap cambial com limitadores de taxa de câmbio de R\$/US\$ 3,11 (Abr-17) e R\$/US\$ 3,30 (Abr-18) pelo prazo de até 17/04/2018, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais

Resultados do 3º trimestre de 2013

4,105% ao ano por 108,95% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 17/04/2018, bem como o valor do principal até suas datas de amortização

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$29.984 (positivo de R\$7.588 em 30 de setembro de 2012), decorrentes da variação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	30/09/2013	31/12/2012		30/09/2013	31/12/2012	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Notional BRL		Posição Ativa				
			Moeda				
Swap com Opções- Itaú BBA	154.138	34.138	Estrangeira- USD	184.840	37.450		
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(163.090)	(35.008)		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(15.015)	(744)		
			Posição Total Swap Com Opções	6.735	1.698	-	(823)
			Posição Ativa				
			Moeda				
Swap com Opções- Citibank	80.960	80.960	Estrangeira- USD Libor	92.509	84.920		
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(81.353)	(81.306)		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(7.926)	(3.865)		
			Posição Total Swap Com Opções	3.230	(251)	-	(3.622)

O Valor Justo dos derivativos efetuados pelas controladas em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e 21 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa e controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), e possuem periodicidade mensal a partir de 1º de outubro de 2013 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Swap com Opções Itaú e Citibank		Alta USD	42.681	(6.065)	(54.810)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	277.348		232.212	290.265	348.318
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(244.442)		(244.442)	(244.442)	(244.442)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(22.941)		-	(3.357)	(47.151)
Subtotal	9.965		(12.230)	42.466	56.725
Líquido	9.965		30.451	36.401	1.915

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$30.451 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivo de R\$36.400 e negativo de R\$1.914, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,55% ao ano, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	195.655	Alta do CDI	4.521	5.605	6.671
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(146.066)	Alta do CDI	(3.875)	(4.685)	(5.483)
	(52.006)	Alta da TJLP	(1.147)	(1.304)	(1.461)
	(96.065)	Alta do FNE	(3.286)	(3.743)	(4.194)
Subtotal (**)	(294.137)		(8.308)	(9.732)	(11.138)
Total	(98.482)		(3.787)	(4.127)	(4.467)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2013 (9,55% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2013, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$258.870.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/09/2013	31/12/2012
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	173.203	116.697
Instrumentos financeiros derivativos	2	9.965	6.212

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos benefícios a empregados - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seus balanços com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldo final do balanço de 31/12/2012 em relação ao originalmente publicado, conforme segue:

	Funasa		
	Plano PS	Plano BD	Total
Passivo registrado em 31/12/2012	6.814	26.249	33.063
Ajustes - CPC 33 (R1)	-	30.215	30.215
Saldos ajustados	6.814	56.464	63.278
Despesas no período	2.056	7.920	9.976
Pagamentos de obrigações contratadas	(1.086)	(4.184)	(5.270)
Passivo registrado em 30/09/2013	7.784	60.200	67.984

No período findo em 30 de setembro de 2013, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$9.976 (R\$6.414 em 30 de setembro de 2012).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2013 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.949 (R\$1.585 em 30 de setembro de 2012).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - milhares de reais						
Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2046	369.997	339.777	363.492	368.121	398.439	6.757.831

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- A energia requerida após 2011 encontra-se em processo de negociação junto ao gerador.
- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa, Itaipu e Angra I e II.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2013	31/12/2012
Atualização contas a receber da concessão - VNR	(4.940)	15.770
Contas a receber da concessão	34.697	100.448
Fornecedores	11.135	12.118
Intangível - FINAME	13.278	4.307
Dividendos a pagar	-	35.391
Capitalização de reservas	-	22.943

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.2, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações financeiras intermediárias correspondentes às demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de

2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 23, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br